

A NATUREZA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Leonardo Marques de Mesentier¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a natureza política do patrimônio histórico cultural a partir da abordagem das noções de identidade e memória sócias e da forma como identidade e memória se articulam entre si, e com o patrimônio, para partir dessa abordagem indicar a relevância do reconhecimento, enquanto patrimônio, de bens e manifestações, para os processos de formação e transformação das hegemonias político-culturais na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: memória, identidade, patrimônio histórico-cultural, hegemonia político-cultural.

O que é o patrimônio histórico-cultural? Talvez, para responder essa pergunta seja necessário para responder a outras como: Quais as relações que se estabelecem entre o patrimônio histórico-cultural e a cultura de uma formação sócio-territorial? Quais as relações que se estabelecem entre o patrimônio histórico-cultural e a dinâmica cultural de uma formação sócio-territorial?

Desde já é possível afirmar que o patrimônio não é a tradição, não remete apenas a tradição, nem seu alcance social está contido nos limites referenciados pela tradição ou pelas tradições presentes em uma cultura. Ao contrário de buscar reafirmar a tradição, o patrimônio aparece enquanto instituição republicana nos desdobramentos da revolução francesa, num quadro de ruptura com a tradição cultural vigente até então.

O patrimônio surge então com o Estado Republicano, como desenvolvimento do Estado Republicano e pelo reconhecimento do Estado Republicano da existência de memórias e identidades de interesse público, memórias e identidades sociais que se afirmam em oposição as memórias e identidades dos reis, das igrejas, das famílias nobres, muitas vezes pela re-significação de objetos que já constituíam referencias culturais relevantes.

De modo similar o aparecimento da instituição dom patrimônio no Brasil se dá por ação dos modernistas, empenhados na ruptura coma a tradição cultural brasileira então vigente. Essa foi a marca da atuação de lideranças culturais como Rodrigo Melo Franco de

¹ Arquiteto do IPHAN; Professor Adjunto (20h) EAU-UFF; email: imesentier@id.uff.br

Andrade; Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Lucio Costa: todos contribuíram decisivamente na fundação do IPHAN, todos atuantes do movimento moderno.

Pode-se, portanto, tomar como ponto de partida, para entender a relação do patrimônio cultural, que: o patrimônio nasce como parte de uma ruptura político-cultural; e se afirma a partir do interesse público na construção de memórias e identidades coletivas, como instrumento da ação do estado republicano.

Sendo assim, refletir sobre as condicionantes do interesse público em uma política pública de construção de memórias e identidades coletivas, pode contribuir para compreender o que é o patrimônio cultural.

Memória, identidade e desenvolvimento político-cultural I.

A existência de patrimônios histórico-culturais decorre de uma política-pública e toda política-pública precisa ter como fundamento valores que expressem o interesse público. No caso do patrimônio histórico-cultural o fundamento é o valor que a sociedade atribui a preservação das identidades e das memórias coletivas.

Mas porque identidades e das memórias coletivas são relevantes para a sociedade. Sem querer esgotar o tema, para entender o que é o patrimônio histórico-cultural, parece relevante recuperar alguns aspectos dessa questão.

Identidade

A identidade é a fonte de autonomia de um sujeito, frente aos demais, no mundo, porque é identidade que possibilita a um sujeito dialogar, interagir e se confrontar com outros sem perder a noção de si mesmo, sem comprometer a perspectiva dos seus próprios interesses e da sua vontade, sem, portanto, entrar em crise. É, em última instância, a condição de estabilidade frente ao que é exterior, enquanto base fundamental da autonomia e liberdade de cada um.

A identidade é, portanto, fundamental para a existência de indivíduos; etnias, grupos e classes sociais; e formações sócio-territoriais como cidades e países. Para indivíduos e coletividades, a identidade é uma condição para participação em qualquer sistema, onde tenham que dialogar, interagir e se confrontar com outros sujeitos dotados de vontade, preservando a percepção e consciência de seus próprios interesses e vontades. Frente as

pressões externas a identidade é, portanto, a fonte de estabilidade que preserva a coerência das ações do sujeito dentro de um processo de diálogo, interação e conflito.

Na vida social as identidades individuais integram muitas identidades coletivas. Cada indivíduo pode integrar identidades profissional, étnica, religiosa, de classe, política e sócio-territorial (país, cidade) e etc.. Em alguns predomina a identidade religiosa, para outros a étnica, ou a política. Assim, formam-se composições estruturadas de identidades coletivas e a hierarquia é um elemento relevante na determinação da resultante final.

Se a identidade é o que distingue os diferentes, mas também a identidade que aproxima os semelhantes. É o compartilhamento de uma identidade comum o elemento que está na base de existência de todas as coletividades humanas. Uma coletividade só pode se constituir e se construir se existe com base no compartilhamento de identidades.

Assim é, pois a identidade é a condição básica para soma de esforços dos indivíduos em torno de objetivo comum. A construção da muralha da China, do Pantheon ou dos foguetes da NASA, tem como pressuposto a existência de identidades coletivas, que a própria realização dessas obras ajudou a reforçar.

Assim, a existência de coletividades humanas dotadas de objetivos, projetos, valores e crenças comuns, tem como pressuposto identidades compartilhadas e identidades compartilhadas são pressuposto para a existência de valores e crenças comuns e para a realização de objetivos, projetos comuns. A identidade é, portanto, a força que determina a coesão interna de uma coletividade social.

A própria possibilidade de sociabilidade, mesmo no que diz respeito as trocas sociais triviais entre os indivíduos, depende da existência de elementos de identidade. São as referências de identidade que aproximam e afastam os indivíduos no cotidiano da vida social. Um dos exemplos mais evidentes é o comportamento dos torcedores num estádio de futebol. A uniformização das torcidas como referência de identidade pré-definida as atitudes individuais: com quem falar, de quem se aproximar, a quem se unir em caso de conflito, todo comportamento estará balizado pelas referências de identidade.

Do outro lado, as ações de violência encontram apoio em processos de (des)identificação social. Racismo, homofobia, machismo, fascismo, conflitos entre quadrilhas e gangs, guerras, encontram nos processos de desidentificação, baseados na construção do outro como ser essencialmente diferente, uma importante fonte de energia. A (des)identificação é a base que permite a um ser humano exercer, sem conflito, a violência sobre outro ser humano.

Memória

A memória é essencial para a identidade, pois é na memória que se encontram as referências reais de qualquer identidade. Sem memória não é possível lembrar quem se é, nem como se chegou a ser o que se é. A identidade está estruturalmente ligada à memória que é seu vínculo com a realidade.

A memória dá sentido histórico a identidade; ou seja, é a memória que vincula a identidade ao conjunto de acontecimentos, circunstâncias e estruturas históricas que a forjaram. No entanto, por efeito de contingências e construções culturais, circunstancialmente, nada impede que a identidade se distancie da memória. Porém, esse distanciamento implicará numa identidade alienada do sujeito, decorrente da desconexão entre a identidade e a história do sujeito portador de identidade. Em tal circunstância, ocorrerá uma hipóstase da identidade em relação às estruturas sociais nas quais se encontra, implicando possivelmente em subsunção do sujeito a outros.

A memória também é decisiva para o aprendizado. Não existe processo de aprendizado sem memória. Todo processo de aprendizagem e construção do conhecimento está baseado na capacidade da memória reter elementos e relações entre elementos. Nesse sentido, constitui-se num dos saltos decisivos dentro do processo de desenvolvimento da humanidade, que separa a história da pré-história, o advento da escrita, entre outras razões porque a escrita permite ampliar exponencialmente a capacidade de retenção de memória, individual e coletiva.

A aprendizagem está na base de todo processo de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento remete ao desenvolvimento econômico e tecnológico e esses desenvolvimentos dependem, efetivamente, de processos de aprendizagem e construção do conhecimento e, portanto, de memória. Daí o investimento de pessoas, empresas e nações, em bibliotecas, arquivos e computadores capazes de reter memória e assim alimentar os processos de aprendizagem.

Porém, a noção de desenvolvimento não remete apenas ao desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também ao desenvolvimento político-cultural das formações sócio-territoriais.² A noção de desenvolvimento político-cultural quer evocar o

² Neste sentido, Habermas argumenta que o desenvolvimento de uma formação sócio-territorial não segue necessariamente um caminho linear progressivo; sendo possível que ocorram regressões no processo de desenvolvimento. Frente às situações de crise social surgem possibilidades de regressão e progressão no processo de desenvolvimento e é nessas situações críticas que o processo de aprendizagem, já realizado por uma

desenvolvimento de todo o conjunto de valores, idéias, ideologias e crenças que condicionam e conformam as relações sociais, em uma formação sócio-territorial. Relações de gênero, religiosas, de classe, de produção, econômicas etc., são condicionadas por valores, idéias, ideologias e crenças de natureza político-cultural. Com avanços e retrocessos é possível reconhecer um desenvolvimento político-cultural da sociedade e esse desenvolvimento também depende de aprendizado e, portanto, de construção da memória.

Assim, pode-se dizer que a memória é um dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento político-cultural das identidades e, nesse sentido, é que se pode compreender que a constituição associada à criação de patrimônios histórico-culturais contenha um elemento de ruptura com as tradições.

Memórias e identidades individuais só existem entrelaçadas socialmente com outras memórias individuais e, portanto, com memórias e identidades coletivas. Cada memória ou identidade individual resulta da composição e do entrelaçamento com memórias coletivas e está referenciada por elas. Portanto, o processo de construção de memórias e identidades coletivas tem reflexos sociais globais e reflexos sobre cada indivíduo.

Porém, diferente do processo de construção pessoal da memória, que resulta do vivido, da experiência e memória social implica na lembrança do não vivido. A memória social é trans-geracional, dependendo de mecanismo sociais de construção e transmissão da memória.

Por tudo isso, memória e identidade são fundamentais para indivíduos e sociedades e é o direito a memória e identidade que da origem as políticas-públicas de preservação do patrimônio histórico-cultural.

Mas como, efetivamente, o patrimônio histórico-cultural atua na relação das coletividades sociais com sua memória e identidade?

Patrimônio

Identidade e memória são fenômenos que existem nas consciências individuais e coletivas. O patrimônio é formado por: bens (objetos), no caso do patrimônio material; e manifestações (práticas) no caso do patrimônio imaterial. Objetos e práticas não são a

formação sócio-territorial, torna-se decisivo na solução dos dilemas que se apresentam. Para Habermas: “Um mecanismo endógeno de aprendizagem leva à acumulação de um potencial cognoscitivo que pode ser utilizado para a solução dos problemas sistêmicos geradores de crises.” (Habermas 1983: 128) “Os processos de aprendizagem, portanto, têm funções de precursor (abridor de caminhos) no âmbito da consciência prático-moral.” (Habermas 1983: 141).

consciência e dizer que o patrimônio é a memória e a identidade, pode ser uma simpática metáfora, mas se levada a frase, ao pé da letra, corresponde a reificar a identidade e a memória.

Os patrimônios não são a identidade e a memória, que são fenômenos da consciência, mas a consciência só existe em relação com o mundo exterior e, portanto, o ambiente externo é decisivo para a consciência.

No caso específico da identidade, o patrimônio constitui representações de referência cultural. As identidades sociais encontram referências para a sua existência em objetos e práticas sociais, que lhe são externos. Uma identidade está referenciada num conjunto de representações externas tais como vestimentas, cânticos, discursos, gestos, objetos que simbolizam e expressam aquela identidade no mundo.

Do mesmo modo, os patrimônios constituem suportes de referência da memória, no mundo. Anotações numa agenda ou um porta-retratos sobre a mesa são suportes da memória, que proporcionam conforto, funcional ou afetivo, no cotidiano da vida social. A memória é mobilizada, voluntária ou involuntariamente, por suportes externos como cheiros, sons, e imagens. Uma música ou a foto de uma paisagem nos trazem de logo á memória momentos relevantes da nossa vida – essa é uma experiência comum vivida por todos. Os patrimônios constituem suportes das memórias coletivas e são ainda mais importantes porque dão suporte a memória do não vivido.

Portanto, para ser patrimônio um bem ou uma manifestação deve guardar a capacidade de comunicar algo específico a consciência, que constitua uma referência de identidade e de memória. Os fenômenos culturais podem ser vistos como fenômenos comunicacionais e sua condição de fenômeno cultural se associa a sua capacidade de comunicação (Eco, 2007: 187 e Eco, 2008: 135). Olhando o patrimônio nessa perspectiva, um bem ou uma manifestação para ter valor patrimonial deve guardar a capacidade de comunicar algo específico à consciência, algo que constitua uma referência de identidade e de memória.

E, se os objetos que formam o patrimônio precisam comunicar algo à consciência, então eles têm de atuar como mensagens e conter signos organizados de acordo com determinada linguagem: verbal, pictórica, arquitetônica, musical, cinematográfica e várias outras.

No entanto, ao tomar a capacidade de comunicação dos bens e manifestações que formam o patrimônio, não se deve perder de vista que essa comunicação se dá também no campo próprio da comunicação dos fenômenos estéticos e que, portanto, envolve “sensação,

sensibilidade, sentimento, intuição, imaginação, sensualidade, coração, desejo, entusiasmo, ilusão, invenção, prazer, paixão, etc.” (Jimenez, 1999: 77).

Os objetos que constituem o patrimônio são, portanto, estruturas de signos organizados na forma de linguagens capazes de comunicar a consciência referências de memória e identidade. Assim, qualquer intervenção sobre esses objetos será danosa a memória ou a consciência quando alterar a composição de signos e de sua posição em estruturas lingüísticas, que contribuam para o sentido da mensagem, da qual o bem ou prática é portador.

Patrimônio, identidade e memória

Assim pode-se dizer que a pergunta “O que é o patrimônio histórico-cultural?” dizendo que o patrimônio é mosaico formado pelo conjunto de bens e manifestações capazes de atuar como objetos de referências de identidades coletivas e suportes de memórias coletivas relevantes para determinada formação sócio territorial. Cada bem ou manifestação constitui um elemento do mosaico que representa, na sua diversidade, a identidade e memória de uma formação sócio-territorial (mundo, nação, região, cidade).

Sendo o patrimônio o que ele é, quais as relações que se estabelecem entre o patrimônio histórico-cultural e a cultura de uma formação sócio-territorial? Quais as relações que se estabelecem entre o patrimônio histórico-cultural e a dinâmica cultural de uma formação sócio-territorial?

Memória, identidade e desenvolvimento político-cultural II.

A identidade condiciona decisões sociais, econômicas e políticas. Decisões cotidianas sobre: em quem votar, o que vestir, como cortar o cabelo, o que comprar são condicionadas pela identidade, pelo auto-reconhecimento da identidade, pela vontade maior ou menor de afirmação da identidade, pelo reconhecimento da relação da identidade frente as identidades coletivas.

Assim, os processos de construção de identidades são objeto sofrem a constante interferência da atuação de forças sócio-políticas na busca de realização dos seus objetivos. A produção artístico-cultural; a produção científica, especialmente das ciências sociais; os

jornais, a propaganda de produtos; as mobilizações e discursos políticos e práticas religiosas contribuem para a formação das identidades sociais.

Também a seleção e preservação dos patrimônios histórico-culturais contribuem para a formação das identidades sociais e, portanto, a seleção e preservação dos patrimônios culturais permeiam e são permeadas pela dinâmica político-cultural da sociedade. É a partir das demandas e pressões produzidas no âmbito da dinâmica político-cultural das sociedades que se selecionam e se preservam os patrimônios, porque os patrimônios são objetos de representação de identidades e suporte da memória que condicionam decisões sociais, econômicas e políticas da sociedade.

Nesse processo, na medida em que um bem ou manifestação cultural é convertido pelo Estado em patrimônio, esse bem ou manifestação cultural é re-significado e re-identificado culturalmente, bem como re-inserido socialmente. Considere-se, por exemplo, o edifício de uma igreja católica. Antes de ser patrimônio o edifício era reconhecido como sendo uma igreja, representativa da identidade católica, inserida na dinâmica sócio-cultural religiosa. Após ser tombada passa a ser reconhecida como patrimônio, representativa dos brasileiros e é reinserta na dinâmica sócio-cultural enquanto exercendo além das funções religiosas, aquelas relacionadas a sua condição de patrimônio, sendo tutelada pelo órgão que realizou o tombamento, passa a ter acesso a recursos públicos para a sua conservação, passa a receber visitas de escolas e visitas turísticas.

O mais importante é indicar que quando um bem ou manifestação cultural é re-significado, adquirindo a condição de patrimônio, tal reconhecimento afeta a situação das identidades coletivas em uma formação sócio-territorial. Aquela igreja sem deixar de representar a identidade dos católicos, passa a representar a identidades dos não católicos que integram a formação sócio-territorial sob governo do Estado que a tombou. O tombamento de uma igreja católica indica que a identidade católica é relevante traço daquela formação sócio-cultural.

O reconhecimento de um bem ou manifestação que representa uma identidade coletiva de parcela a sociedade à condição de patrimônio histórico-cultural de toda a sociedade refaz o conjunto das relações entre identidades coletivas daquela sociedade reestruturando hierarquias culturais e redefinindo condições de hegemonia política.

Assim, porque os patrimônios refazem estruturas de identidade e redefinem condições de hegemonia, eles são objetos de interesse econômico e disputa política. Se, por um lado, a construção de patrimônios se transforma ao longo do tempo, acompanhando as

condicionantes culturais de hegemonia política e econômica; por outro lado, a seleção e preservação de patrimônios refazem os quadros de hegemonia política e econômica da sociedade. A seleção e preservação de patrimônios são produtos de valores e convicções, mas modificam valores e convicções.

Bibliografia:

- BOURDIEU, Pierre. "O poder simbólico". 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia. "O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23: 94-115. 1994.
- DURKHEIM, Emile. "Sociologia e filosofia", (2ª ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- ECO, Umberto. "A estrutura ausente". São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ECO, Umberto. "As formas do conteúdo". São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres da. "Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24: 153 - 163. 1996.
- GARCIA, Marco Aurélio. "A memória nacional aprisionada." In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 21: 43 - 45. 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio. "Tradição, memória e história dos trabalhadores." In: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo (ed.). "O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania", pp.169 - 174. São Paulo, DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. "Para reconstrução do materialismo histórico." São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. "A memória coletiva", São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?" in: Silva, Tomaz Tadeu da. (org) "Identidade e diferença: a perspectiva dos novos estudos culturais." Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- JIMENEZ, Marc. "O que é estética?" São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1999
- KOSIK, Karel. "Dialética do concreto." Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LARAIA, Roque de Barros. "Cultura: um conceito antropológico". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- LE GOFF, Jacques. "História e Memória". Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "Identidade cultural e patrimônio arqueológico." In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 20: 33 - 36, 1984.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “O patrimônio cultural entre o público e o privado.” In: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo. (ed.) *”O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania”*, pp. 189 – 194. São Paulo: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo, 1991.

MESENTIER, Leonardo Marques de. “Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania”. in: CAVIGNAC, Julie Antoinette (org) *”Vivência: memória - UFRN/CCHLA, nº 28”*, Natal: UFRN, 2005.

MESENTIER, Leonardo Marques de. “Relações entre modo de urbanização e preservação no Brasil, no final do século XX”. in: CORREIA, Rosa Maria (org) *”Oficina de Estudos da Preservação: coletânea I”*, Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade”, (4ª. Ed.). São Paulo: Cortez, 1997.

WOODWARD, Kathrryn. *”Identidade e Diferença: uma visão teórica e conceitual”* in: Silva, Tomaz Tadeu da. (org) *”Identidade e diferença: a perspectiva dos novos estudos culturais.”* Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.